



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0311/11	DATA: 26/04/2011
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h24min	DURAÇÃO: 02h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h13min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da primeira reunião. Pergunto se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nós pedimos a dispensa da leitura da ata, já que todos nós a temos em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado José Linhares.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

A ata está aprovada.

Comunico que foram recebidos os seguinte expedientes: da Consultoria Legislativa, designando os Consultores Dr. Paulo de Sena Martins, Dra. Ana Valeska Amaral Gomes, Dra. Carolina César Ribeiro e Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, todos da área de Educação, e o Dr. Marcos Tadeu Napoleão de Souza, da área de Finanças, para prestarem assessoramento técnico-legislativo e especializado à Comissão Especial, bem como auxiliarem o Relator, Deputado Angelo Vanhoni, na elaboração do seu parecer; da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, indicando os servidores Dra. Raquel Dolabela de Lima Vasconcelos, consultora, e Paulo Roberto dos Santos, assistente, para prestarem assessoramento técnico a esta Comissão quanto aos aspectos de adequação financeira e orçamentária.

Comunico que esta Comissão expediu os seguintes ofícios: Ofício nº 3, de 2011, ao Sr. Ministro de Estado de Educação, solicitando a designação de representantes do INEP para colaborar com os trabalhos da Comissão; Ofício nº 4, de 2011, ao Sr. Ministro de Estado de Educação, convidando-o para participar de audiência pública destinada a discutir o Plano Nacional de Educação; Ofício nº 5, de 2011, ao Sr. Ministro de Estado de Educação, solicitando o encaminhamento da



nota técnica referente à fundamentação e aos cálculos que embasaram a meta de investimento público em educação.

Comunicação: informo aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas desta Comissão e aos interessados em geral que foram criados o *e-mail* institucional da Comissão — *cesp.pne@camara.gov.br* — e, dentro da página da Comissão, o *link* Fale Conosco, destinados a receber sugestões ao projeto.

Ordem do Dia.

A Ordem do Dia prevê a apreciação da seguinte pauta: definição do roteiro dos trabalhos e apreciação de requerimentos.

Esclareço, preliminarmente, a finalidade do roteiro dos trabalhos: planejar as ações, estabelecendo-se prioridades e critérios para o debate, visando a otimização do tempo, a eficácia e a produtividade. Isso implica dizer que a concordância do Colegiado com as propostas de temas, nome de expositores e eventos não suprem a exigência regimental da apresentação dos respectivos requerimentos. Assim, a realização de reunião de audiência pública, de reunião com comparecimento de Ministros, de seminários e outros eventos pressupõem a aprovação do respectivo requerimento, que deverá ser apresentado, por escrito e autenticado, à Secretaria da Comissão, com antecedência mínima que permita a sua publicação na Ordem do Dia. De outra forma, a definição do roteiro dos trabalhos não se sobrepõe à prerrogativa regimental do Presidente, inscrita no art. 47 do Regimento Interno, de organizar a Ordem do Dia das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão.

Isso posto e feitas as devidas considerações, apresento, em linhas gerais, a estrutura do plano de trabalho.

Antes de mais nada, passo a palavra ao Exmo. Sr. Relator, o nobre Deputado Angelo Vanhoni, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, em linha geral, estamos pensando em organizar o trabalho — e há um requerimento apensado sobre algumas iniciativas para a Comissão, que vamos discutir no momento subsequente — da seguinte maneira: primeiro, a realização de dois seminários que possam verticalizar a discussão. Não se trata de uma audiência pública, com duas a três horas de duração, mas de pensar um seminário de um dia inteiro, na Câmara dos Deputados, uma audiência pública com caráter de seminário, para aprofundar



seja o tema da universidade, seja o tema do ensino médio, seja o tema da qualidade do ensino, enfim, a temática expressa no conjunto das metas do plano, mas que as Sras. e os Srs. Deputados gostariam de ver realçada num seminário que a aprofunde tematicamente ainda no mês de maio.

Segundo: realização de audiências públicas, reuniões regionais, no mínimo, uma em cada uma das cinco Regiões do País.

Poderíamos dar uma tarefa para cada Deputado da Comissão, ou para um grupo de Deputados. Vamos dar um exemplo: os Deputados de São Paulo — e, na Comissão, deve haver 3 ou 4 Deputados de São Paulo. Esses Deputados podem se reunir e nos trazer uma data para a audiência pública da Comissão em São Paulo. Então, aqueles 3 ou 4 Deputados ficarão encarregados de organizar e marcar essa audiência pública. Nossa recomendação é a de que seja na Assembleia Legislativa do Estado. E por que na Assembleia Legislativa? Porque é importante envolver institucionalmente o Estado, uma vez que haverá ter um desdobramento, depois da aprovação deste Plano, para os Planos Estaduais de Educação, quer dizer, as metas de cada Estado, de cada Unidade de Federação, assim como teremos também, depois, as metas dos planos municipais.

Então, a recomendação é a de que, possamos marcar as audiências nas Assembleias Legislativas dos diversos Estados que visitaremos. Aqui na Comissão, identificamos que, às vezes, há mais de um Deputado do mesmo Estado. Por exemplo, do Paraná, somos eu, o Deputado Dr. Rosinha e o Deputado Alex Canziani. Vamos, então, nos reunir e ver uma data. Poderá ser numa segunda, numa quinta ou numa sexta-feira. Enfim, escolhemos uma data, entramos em contato com o Poder Legislativo local, consultamos as entidades que devem participar — a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria Municipal de Educação da Capital, as entidades ligadas aos professores e às universidades — e fazemos a audiência pública no Estado, com a participação de membros da Comissão Especial. Com isso, fortalecemos as Regiões e o trabalho da Comissão, uma vez que o nosso cronograma de trabalho prevê a realização de audiências públicas regionais.

No requerimento, sugerimos, no mínimo, uma audiência por Região, mas estamos evoluindo para recomendar que cada Deputado, ou grupo de Deputados da



Comissão Especial, marque uma reunião regional na Assembleia Legislativa do seu Estado, como evento oficial da Comissão Especial de Educação.

Usando o mesmo exemplo, digamos que os Deputados de São Paulo membros da Comissão se reúnam e digam o seguinte: “Nós já reservamos o anfiteatro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para o dia 18 de maio. E lá vamos realizar uma audiência pública”. A convocatória fica por conta de quem está organizando, e vamos dar o suporte que for preciso, do ponto de vista material, daquilo que for necessário para realizá-la.

Então, além dos seminários, teríamos esse cronograma. Vamos dar um prazo para que os Deputados possam trazer essas demandas, porque precisamos nos programar. Assim como a Mesa, precisamos ter um cronograma para fazer esse agendamento. Queremos também realizar audiências públicas temáticas na Câmara dos Deputados: uma sobre a qualidade do ensino, outra sobre expansão e universalização, outra sobre gestão e outra sobre financiamento.

No nosso entendimento, esses temas perpassam as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Poderíamos até sintetizá-los em três, juntando a gestão com a qualidade. Mas, na condição de Relator, acredito que dessa é melhor, porque já vi que há polêmica nessas duas temáticas, tanto a gestão quanto a qualidade.

Um se relaciona com o outro: financiamento, gestão, qualidade e expansão e universalização. Há um conjunto de metas que dizem respeito à expansão; há um conjunto de metas que dizem respeito a como melhorar a qualidade do ensino no nosso País; há algumas metas que falam diretamente de financiamento, e há algumas metas que falam da qualidade da gestão.

Então, seriam quatro audiências públicas decididas pela Comissão, requeridas pelo Relator e pela Mesa, e mais esses dois seminários, além das audiências regionais, como o esqueleto oficial de trabalho da Comissão Especial. Vejam que isso não inibe qualquer Deputado que deseje requerer outra audiência pública sobre qualquer tema específico, o que só enriqueceria o debate.

Então, se a Deputada Professora Dorinha deseja tematizar a educação infantil, não viu no calendário e não se sentiu contemplada, poderá requerer uma audiência pública sobre a questão, com enfoque em determinado aspecto, como



diretriz curricular, expansão da educação infantil, financiamento da educação infantil, etc., ou sobre todos. S.Exa. faz o requerimento, apensa, e nós o votamos.

Enumero, portanto, estas três peças: as audiências regionais, os seminários verticais e as audiências públicas, como o esqueleto principal, para que possamos dar um norte de discussão na Comissão sobre o plano.

Acredito que não esqueci de nenhum ponto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Relator.

Quero esclarecer adicionalmente que os Deputados estão um tanto livres para escolherem a data da realização das reuniões nos Estados, apenas devendo fazê-lo por escrito, porque há a obrigação regimental de que qualquer atividade fora do ambiente da Câmara seja expressamente autorizada pelo Presidente da Casa. Então, é preciso essa manifestação por escrito.

De comum acordo com o Sr. Relator, faço publicamente um convite: qualquer Deputado que queira atuar como Coordenador de grupo específico poderá fazê-lo.

Como havíamos anteriormente acertado, estou convidando para uma reunião com o Relator — para a qual vamos acertar a hora entre hoje e amanhã — a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, o Deputado Gabriel Chalita, o Deputado Rogério Marinho, o Deputado Waldir Maranhão, Deputado Paulo Rubem Santiago, o Deputado Newton Lima e o Deputado Eduardo Barbosa, para sentarmos com o Relator a fim de organizar esses temas mais específicos e em relação aos quais S.Exas. manifestaram interesse de acompanhar e de realizar atividade, como uma espécie de coordenação temática dessas questões.

Com a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, como já comunicado ao Relator e a V.Exa., na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Nacional, quero, junto com a Frente, colaborar de forma mais sistematizada com a meta do piso salarial do magistério.

E, rapidamente, quero dizer que amanhã será retomado o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o piso salarial no Supremo Tribunal Federal. Amanhã será apreciada a ação que diz respeito à questão da carga horária.



Portanto, Deputado Gastão Vieira, coloço-me à disposição para o debate do piso salarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputada Fátima.

Estão inscritos os Deputados Chico Lopes, Raul Henry e Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - E Renan Filho, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Então, Deputado Chico Lopes, Deputado Raul Henry, Deputado Renan Filho, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Ariosto Holanda, Deputado Artur Bruno e Deputado Emiliano José.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a primeira observação que faço, com preocupação, é no sentido de que as reuniões da Comissão Especial não sejam no mesmo horário de outras Comissões que se reúnem de manhã, porque nos dividimos de maneira tal que nem vamos lá com o coração nem ficamos aqui com a razão. Vamos procurar, uma que ela é especial, um horário que possa convergir. Agora mesmo, há choque de horário: devemos estar ao mesmo tempo na Comissão de Educação e aqui.

Em segundo lugar, informo que gostaria de participar de um tema financeiro, porque se fala muito em qualidade de educação — e eu também falo, tenho quase 50 anos de estrada, com mestrado e o diabo a quatro, no Ceará. Somando tudo o que recebo como professor, meu salário é de 2.800 reais. Cheguei aqui, coloquei a minha filha no Galois, e a mensalidade é 1.500 reais. Esse é um estímulo lascado para quem tem 50 anos de magistério.

Estamos com melhor sorte agora por causa do pré-sal e d a visão do Governo anterior e do atual no sentido de fazer a educação prioridade neste País.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de ficar na temática financeira, porque sou também técnico em contabilidade, trabalhei com auditoria e não acredito que vamos ter qualidade de educação pagando 600, 700, 900 ou 1.000 reais para um educador. Aliás, dessa forma, ele pode ser tudo, menos isso. Se qualquer advogado de 25 ou 26 anos faz concurso para uma carreira de Estado e vai ganhar 24 mil reais — e não estou dizendo que ele ganha bem — por que quem escolhe o magistério tem sempre de ser um sacerdócio? É um sacerdócio, mas não entrei para ser padre coisa nenhuma. Entrei para ser profissional e quero ganhar com respeito.



Agora, eleito Deputado Federal, quero dar minha contribuição. Evidentemente, tem-se de levar em consideração a parte orçamentária, isso e aquilo. Mas não vamos ficar nesse negócio dessa pena, porque não pode.

A Deputada Fátima falou há pouco sobre ação que quer que o piso seja considerado inconstitucional. Ora, num País que considera uma miséria dessa inconstitucional está meio difícil fazer educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Chico Lopes.

Com relação às reuniões, aproveitaremos sempre as quartas-feiras à tarde, para não conflitar com as reuniões das Comissões Permanentes. E, sempre que tivermos uma visita mais especial, um Ministro de Estado, etc., consultaremos antes ou faremos na terça-feira à tarde ou na quinta-feira pela manhã. Mas nunca teremos atividade na quarta-feira de manhã, para não atrapalhar as atividades das Comissões Permanentes.

Deputado Artur Bruno, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Primeiro, gostaria de saber mais sobre a função da coordenação. O Presidente está propondo que coordenadores atuem com o Relator, e eu quero saber quais são as funções para me situar e me inscrever.

Alás, já proponho o nome do Deputado Ariosto Holanda, sem dúvida, uma das maiores autoridades do País em educação profissional, pelo trabalho que realizou no Ceará e que hoje é referência nacional, para a coordenação ou a Comissão de Educação Profissional.

E já requeiro a V.Exa., uma proposta de calendário de seminários, audiências, prazo de apresentação de emendas e do fim dos nossos trabalhos na Comissão Especial, até para termos uma ideia do conjunto todo e nos organizarmos no tempo.

Creio que V.Exa. espera que aprovemos no Congresso como um todo, este ano ainda, o PNE, uma vez que estamos no primeiro ano do PNE; 2011. Claro que não podemos fazer com muita rapidez, mas não podemos esquecer que já estamos no primeiro ano do PNE.



Portanto, seria interessante que V.Exa., Sr. Presidente, apresentasse *in totum* uma proposta, para que pudéssemos falar sobre ela e ajudar a construir esse calendário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Artur Bruno, vou esclarecer V.Exa.

A ideia fundamental é que, numa Comissão com uma responsabilidade tão grande e com esse número de membros, são 25 titulares e 25 suplentes — a Presidência nos surpreendeu ao definir um número menor do que aquele que julgaríamos mais participativo —, todos participem dos trabalhos.

Quanto à sugestão de V.Exa., de fato, ter em uma coordenação alguém como o Deputado Ariosto Holanda, que tem toda uma vida dedicada a sua área de atuação e que praticamente é uma referência, colaboraria intensamente com o Relator, na colheita de dados e informações da área específica de S.Exa.

O mesmo pode ocorrer em relação ao Deputado Eduardo Barbosa, que tem uma vida inteira ligada à educação especial. Então, a ideia é permitir que o Parlamentar que tenha maior atividade numa determinada área temática contribua, coordene esse trabalho para facilitar o trabalho do eminente Relator.

Mas a ideia é de participação de todos nós, participação coletiva, que todos possam dar sua contribuição, que todos possam, na verdade, fazer com que o plano saia daqui melhor do que chegou a esta Casa.

Portanto, os Deputados, podem se manifestar. Eu me referi àqueles que já haviam conversado um pouco comigo com relação a esse assunto.

Com relação às emendas, a ideia que estava prevalecendo — mas estou absolutamente aberto para discuti-las — era a de que o prazo de emenda é muito curto: cinco sessões, podendo prorrogar por mais três. Portanto, abre-se o prazo de emenda e, de repente, em dois dias, o prazo está encerrado. Em média, essas cinco sessões representam duas semanas ou duas semanas e meia, e acreditando que as emendas dos Parlamentares — não as dos movimentos sociais, que há dois anos vêm trabalhando — vão demandar um pouco o Parlamentar para tomar conhecimento, entrar na discussão etc., a ideia era colocar o prazo de emenda em 20 de maio, porque, assim, terminaria em 15 de junho. Quer dizer, daria tempo suficiente para que todos os Parlamentares pudessem formular suas emendas.



Mas, como disse, estou absolutamente aberto à decisão do Plenário. Se o Plenário julgar que 20 de maio é muito, não há problema.

O Deputado Ivan Valente levantou uma questão para a qual acho que conseguimos dar uma boa solução. Disse S.Exa. que queria dar publicidade às emendas do partido dele. Se o prazo, vamos dizer é 20 de maio, sob a forma de emenda, S.Exa. não poderia dar publicidade. Mas aqui temos de encontrar caminhos e mecanismos para facilitar o trabalho de todos. Então, estamos disponibilizando, como sugestão, todas as emendas do Deputado Ivan Valente no portal, para que todos têm conhecimento. Quando abrir o prazo, S.Exa. simplesmente legaliza, assina essas emendas e lhes dá a formalidade legal. Isso pode valer para qualquer um, se V.Exas. concordarem.

O único receio que tenho é o de que, se pegarmos uma semana com muita sessões no plenário, esse prazo acaba em uma semana. Então, proponho 20 de maio, que vai dar mais ou menos 15 de junho, mas dando publicidade a todas as emendas que forem chegando fora do prazo e que o autor considere uma sugestão.

Essa é uma decisão que vamos submeter à decisão do Plenário.

Quanto ao nosso calendário, a ideia seria a de que fôssemos até agosto com consultas, audiências, viagens, etc. A partir de setembro, o Relator teria o tempo necessário para montar o seu parecer e, a partir do início de outubro, começaríamos a preparar a votação do relatório aqui no plenário da Comissão.

Quero dizer que esse prazo, que pode parecer longo para uns e exíguo para outros, está muito na responsabilidade desta Comissão, cuja decisão é terminativa. O PNE não vai ao plenário, ele sairá daqui direto para o Senado. Então, no tempo que podemos gastar, havendo um bom entendimento aqui dentro, acho que o relatório deverá ser aprovado e remetido para o Senado em outubro. Esse, porém, é um ponto fundamental, e está aberta a discussão entre os membros da Comissão.

Com a palavra o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, quero apenas sugerir, para a organização do nosso calendário, que, antes de irmos para os Estados realizar audiências públicas, façamos aqui os seminários para aprofundamento do debate sobre o tema. Queremos aprofundar a discussão para, de maneira mais consistente, já chegarmos aos Estados com convicção formada sobre o plano.



Então, sugiro a V.Exa. que, na estruturação do calendário, dê prioridade aos seminários temáticos, para que possamos formar nossas convicções com maior consistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nobre Deputado Raul Henry, a Presidência está aguardando, de comum acordo com o Relator, uma manifestação da Consultoria. A ideia fundamental era a de que hoje os nossos técnicos e consultores fizessem uma exposição, a convite da Presidência, para todos os Deputados, sobre como foi feito o plano anterior, como ele foi elaborado e aprovado, e também sobre a visão técnica que a Consultoria tem do próximo plano.

Então, o primeiro dever de casa a que todos seríamos submetidos era exatamente o de, com nossos consultores, ter uma manhã ou uma tarde em que discutíssemos os aspectos do plano.

Os seminários seriam dois, não as audiências, mas faríamos dois grandes seminários: um para ouvir aqueles que já têm uma ideia bem formada sobre o plano e o que deseja dele; o outro para ouvir quem não foi ouvido durante a elaboração do plano. Seriam só dois seminários, o restante seriam as audiências públicas. Tentaremos fazer pelo menos quatro por mês, ou duas por mês e quatro em dois meses. Vamos acertando esses detalhes com V.Exas. para vermos a melhor maneira de trabalharmos.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esperamos que o debate a respeito do prazo de emendas seja definido de comum acordo com a Comissão, para que possamos, de trás para a frente, organizar o calendário oficial dos seminários e das audiências públicas. O Presidente traz uma sugestão de datas, e o Pleno da Comissão é que tem de se manifestar e decidir.

Com a definição dessas datas, teremos condições de escolher o melhor momento para a realização de audiências e de um seminário já no mês de maio — o outro poderá ser no mês de junho — e, enfim, definirmos as datas, porque temos de observar várias coisas. No mês de junho, por exemplo, há compromissos tradicionais no Norte e no Nordeste, portanto, teremos de decidir as datas com muita atenção para garantirmos a presença dos Deputados e darmos visibilidade aos nossos trabalhos no restante do País, porque o debate sobre a educação é de



interesse de toda a Nação, não é apenas da Câmara dos Deputados. Portanto, temos de olhar para isso com muito cuidado.

A ideia é tirarmos datas de consenso, mas a partir da definição da data das emendas que estamos apresentando para discussão com o Plenário.

Se o Plenário não tiver outra proposta,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A data de 20 de maio teria vantagem e começaria a contar mesmo no dia 24, que é terça-feira, e iríamos até 15, 16, 17 de junho.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se querem encerrar essa questão?
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - E as emendas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Emendas. Vamos decidir a questão do prazo de emendas.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente, não quero me ater apenas às emendas, mas a uma visão mais global desse calendário, apenas para ponderar com V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Uma vez que não é a respeito de emendas, vou prosseguir para encerrar as inscrições que estão sendo feitas. E, quando chegar a sua vez, V.Exa. poderá fazer uma análise geral.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Não há nenhum problema. V.Exa. decide, e eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado.

Com a palavra a próxima inscrita, Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, a princípio, quero manifestar minha posição em relação às emendas. Daria tempo de termos começado a ouvir um pouco a partir das reuniões nas regiões e nos Estados, e é importante esse tempo.

Destaco a importância de, na medida do possível, realizarmos eventos em todos os Estados, porque o primeiro Plano Nacional foi muito pouco compreendido e



até, na verdade, pouco respeitado no âmbito dos Estados e Municípios, em grande parte ela falta de compreensão e até de acompanhamento.

Eu era Presidenta do CONSED, foram feitas várias reuniões e seminários; no entanto, não passaram de 11 os Estados que conseguiram fazer seus planos estaduais. Quanto aos municipais, infelizmente os números são ainda piores em relação a isso.

Para o Plano ser bem compreendido, e as pessoas se envolverem, se comprometerem com a questão do PNE, precisamos conseguir que a população e que as escolas compreendam essa discussão, ter mais gente sugerindo, participando e se sentindo parte do processo de construção.

Compreendo a posição do Deputado Raul, mas, em virtude do tamanho do País, não vai ser possível garantir que comece aqui primeiro, mesmo sabendo que é interessante ter uma maturação da Casa e nossa.

Na minha opinião, deveríamos realizar audiências em todos os Estados, envolvendo UNDIME, sindicatos, associações de pais, enfim, todas as entidades, até porque temos uma responsabilidade, temos de dar conta do que foi feito no outro PNE, qual o diagnóstico, o que o País fez nos últimos 10 anos em educação. As metas que estamos levando agora são possíveis de ser cumpridas? Se não sei qual foi o diagnóstico, não sei qual é a base da qual eu estou partindo, se é exequível ou não.

Ao mesmo tempo, também é uma oportunidade de provocar o Estado. Para o Estado que fez seu Plano Estadual, qual a sua avaliação a respeito? Vamos provocar a Assembleia e a sociedade para cobrarem de nós que, tão logo termine a fase nacional, comecemos esse trabalho no âmbito dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputada.

O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Barbosa, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e o Relator, Deputado Vanhoni, pela proposta de eixo de trabalho da Comissão Especial. Acredito que a proposta do Deputado Vanhoni, complementada pelas ideias de V.Exa., garante a todos nós uma discussão aprofundada sobre o



Plano Nacional de Educação, envolvendo cada vez mais a sociedade — e o Plano é de interesse de todos os brasileiros. Não é um plano que atinge um único segmento da população, mas todos nós. Aliás, o próprio Plano prevê a participação efetiva da comunidade na construção das políticas nas esferas estaduais e municipais.

Então, em primeiro lugar, tenho de elogiar a proposta apresentada. Sinto-me muito contemplado com ela.

Apresento também duas questões, para esclarecimento. Disse o Relator, o Deputado Ângelo Vanhoni, que, em relação aos seminários, escolheríamos dois temas para aprofundamento. Acho perfeito, mas resta para mim uma questão de entendimento. Caso exista algum tema que entendemos não ter sido esgotado nas audiências públicas, poderemos chamar novas pessoas, para esclarecimento? Pergunto: definiríamos esses temas previamente ou vamos defini-los ao longo do debate, da discussão?

De outro lado, o Presidente nos diz que talvez os seminários possam ser da seguinte forma: chamamos a princípio aqueles que nos trariam entendimento sobre o que se propõe, porque já têm domínio da proposta; num outro momento, aqueles que não optaram pela proposição que chegou ao Congresso.

Isso tem a ver com as nossas proposições de audiências públicas. Dependendo do que propusermos para o seminário, não vamos sobrepor outras propostas. Para mim, seria interessante debater isso, para evitar superposição de debates, de discussões.

Há outra questão que também vejo como importante. Disse o Presidente, na reunião anterior, e mesmo quando da instalação da Comissão, duas coisas fundamentais. Primeiro, que seria uma oportunidade de ouvir os consultores da Casa. Como repetido hoje, talvez seja esse o nosso primeiro exercício na Comissão Especial. Gostaria de saber se isso está garantido como primeiro passo do nosso trabalho.

A segunda questão: a presença do Ministro para apresentação do diagnóstico se dará quando? Logo no início, na instalação, ou mais adiante? Isso também tem a ver com o que vamos apresentar em termos de emendas.

Um diagnóstico pode alterar nossas proposições. Acredito que a apresentação do diagnóstico pelo Ministro para nós é fundamental, até para a



definição das datas de apresentação de emenda. Se conseguirmos trazer logo S.Exa., com esse diagnóstico — e é um encontro do interesse da Deputada também, porque é importante fazermos uma avaliação do que foi —, eu acho que a data de 24 de maio a 17 de junho é perfeita, porque já deu tempo de aprofundar, fazer consultas. Acho que todos nós já temos ideias de emendas, mas estamos em articulação com segmentos da sociedade, aprofundando. Estamos recebendo sugestões de várias organizações. Então, acho que esse é um período bastante razoável para a apresentação.

Outra sugestão que faço tanto ao Presidente quanto ao Relator é no sentido de definirmos, sem prejuízo a algum Deputado que quiser apresentar propostas de audiência pública, datas para audiências. Por exemplo, como uma Comissão Especial tem prazo para acabar, no caso, em outubro, com a definição das datas, poderíamos organizar as audiências públicas.

Suponhamos que surjam várias proposições na área da educação infantil. Então, em bloco, atendemos a todos os Deputados da área da educação infantil. De preferência, que pudéssemos seguir a ordem das metas, fazer um organograma de audiências públicas. Se o documento que nos veio é organizado dessa forma: começa com a educação infantil e vai até o ensino superior, por que não começarmos a discutir a partir da educação infantil e irmos até o ensino superior, mas em blocos? Quando findarem as audiências e os seminários, teremos conseguido esgotar o documento como um todo. Acho que todos teriam tranquilidade de votar com bastante consciência.

Essa é uma sugestão relativa à organização até mental. Estou defendendo uma forma de nos organizar mentalmente, a fim de nos apoderarmos completamente de todo o documento.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço a palavra.

Observei que há, pelo menos, um breve consenso a respeito da data das emendas: o dia 4 de maio seria reservado para a vinda do Ministro; o dia 5 de maio, quinta-feira, para ouvir o diagnóstico da Casa, por meio a Assessoria, sobre o plano atual e o plano passado; os dias 11, 18 e 25 de maio, quartas-feiras, reservados para a realização das audiências públicas, as quais imaginei na seguinte ordem: qualidade na educação, expansão e universalização e financiamento. E deixaríamos



as quintas-feiras e as terças-feiras, pela manhã, para audiências públicas específicas requeridas pelos Deputados para aprofundarem outros temas.

Senhores, há, por exemplo, uma demanda enorme sobre educação especial, área, na qual eu e outros Deputados estamos envolvidos. Se quisermos realizar uma audiência pública sobre educação especial, vamos ter de reservar uma data para tanto.

Na primeira semana de junho, entre o dia 1º e o dia 8, na quarta ou na quinta-feira, teremos a realização do primeiro seminário.

O Deputado Gastão levantou, com propriedade, que alguns setores da sociedade não participaram de forma ativa do processo de discussão durante o período de elaboração do atual Plano, que recebeu uma proposta das entidades sociais e da sociedade. As conferências municipais e as conferências estaduais culminaram na conferência nacional. Uma proposta foi enviada ao Ministro da Educação, que a leu, discutiu e enviou o projeto que estamos analisando. Os setores que não participaram, de certa maneira, de forma intensa desse debate foram: Secretários Municipais, Secretários Estaduais, aqueles que polemizam a questão do financiamento sob a ótica do Município, sob a ótica do Estado, Estados da Federação.

Então, esse seminário será uma oportunidade para que essas vozes também sejam ouvidas, a fim de que possamos ter uma visão global a respeito do papel da educação em nosso País e das metas a serem elencadas no futuro plano decenal, que vamos analisar.

E então, os seminários poderão analisar os temas globais da educação divididos em duas datas, dois momentos. No meu entendimento tem de ser de manhã e tarde, um dia inteiro, para que possamos, em conjunto, elencar uma pauta do seminário. Não se trata de uma pauta estabelecida pela Mesa Executiva. Ela pode ser construída. A ideia é que nós construamos a pauta do seminário em conjunto, mas com essas duas matrizes.

O Presidente tem uma preocupação de que os setores organizados da Federação, Estados, Municípios e outros tenham um momento especial, haja vista que, durante todo esse processo, as entidades públicas e professores participaram



de maneira ativa na consolidação do atual Plano. Então, que contemplemos as duas partes.

E a última audiência pública deixaríamos para o mês de junho.

A próxima reunião de audiência pública, portanto, será no dia 4 de maio, data que estamos reservando para o Ministro. Na quinta-feira faremos um debate. Nos dias 11, 18 e 25, faremos audiências públicas, uma seguida da outra. E poderemos ter audiências públicas paralelas a essas, demandadas pelos Srs. Deputados, que tematizem pontos específicos: educação no campo, educação especial, educação infantil, etc.

Para isso, seria bom que os Srs. Deputados se manifestassem, como o Presidente disse, sobre os temas que mais lhes interessem, com requerimento de audiência pública, para que a Mesa fizesse um filtro geral, e pudéssemos sugerir datas para temas que estão próximos, para que podemos realizar uma audiência pública que satisfaça um grupo de 5, 6, 7 Deputados. Isso dinamiza e melhora nossos procedimentos.

O segundo seminário seria no final de junho.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O próximo e inscrito é o Deputado Emiliano José, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente, quero destacar a qualidade do trabalho que V.Exa. vem realizando à frente desta Comissão e dizer que os contornos gerais até agora definidos, creio, darão conta da grandiosidade da tarefa. Não é pequena a tarefa que temos a cumprir.

O que foi definido pelo Deputado Angelo Vanhoni sobre as grandes questões, o financiamento, a gestão, a qualidade, a expansão e a universalização, parece-me darem conta, considerada a exiguidade de tempo que temos, porque o tempo que temos é curto de fato.

Manifesto uma preocupação geral, pondero e avalio conjuntamente com os demais Deputados: o problema do nosso tempo. Nós temos de levar em conta que esse processo não começou agora. Evidentemente, o que foi construído do plano passou por uma discussão ampla na sociedade brasileira de alguma forma.



Lembrou o Deputado Angelo Vanhoni que V.Exa. sempre recorda que alguns setores não participaram. Eu acho importante que todos participem. Mas já houve uma participação intensa da sociedade na frase preliminar de elaboração do Plano. Agora, resta saber o que foi assumido pelo Plano e discutido mais. Mas já houve um processo relativamente rico de apropriação por parte da sociedade brasileira da temática do Plano Decenal.

Pondero, então, que se considerarmos isso, temo que corramos o risco de terminar 2011 sem que o Congresso Nacional tenha concluído a tarefa do Plano Nacional. É um risco que corremos, porque é verdade o que V.Exa. disse: o trabalho da Comissão é terminativo, mas — e há sempre um mas na vida — há risco de que não seja, por exemplo, se 10% resolvem não admitir essa possibilidade. É claro que podemos dizer não, mas a possibilidade existe.

Não estou sequer fazendo uma proposta, apenas uma ponderação para avaliarmos, porque nossa responsabilidade — como V.Exa. já o disse — é muito grande com um trabalho dessa envergadura e dessa importância para o desenvolvimento do País. Não precisamos aqui desenvolver nada disso porque todos nós o sabemos. Estou apenas fazendo uma ponderação.

Por fim, quanto aos núcleos temáticos ou aos coordenadores que vão auxiliar o Relator, coloco-me à disposição de V.Exa. Sou da área de ensino superior, professor aposentado da área de comunicação da Universidade Federal da Bahia. Formei-me naquela universidade. Lá, fiz mestrado, doutorado e dei aula durante 25 anos na área de comunicação. Sou, portanto, um Deputado disposto a ajudar, na área do ensino superior, sem qualquer pretensão a cargo ou a nada, apenas a colaborar na linha do que V.Exa. tem apontado como importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nobre Deputado Emiliano, muito obrigado. A colaboração de V.Exa. é muita bem-vinda.

Não quero ficar sozinho com a responsabilidade pelo tempo. Sou apenas o Presidente da Comissão e plenamente submetido às decisões do Plenário. Temos duas Casas que vão examinar a matéria. Qual a garantia que temos de que, ao votar a proposta rapidamente, de maneira responsável, o Senado não vai alterá-la?



O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Nenhuma. Pior ainda, reforça o meu argumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Creio que vamos começar o processo de trabalho. Quem já é Deputado há muito tempo conhece bem o ritmo de trabalho: quando a coisa vai andar ou não. Ao mesmo tempo, todos nós temos condições de estabelecer um diálogo com o Senado, no sentido de perceber a disposição daquela Casa com relação a uma matéria tão importante quanto essa.

Portanto, vamos cuidando. O grande sacrificado dessa história será o Relator. Na verdade, ele é que terá de apresentar um relatório. Ele vai ditar um ritmo mais rápido ou mais devagar. Tenho certeza de que ele contará com a compreensão de todos nós.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos deixar o jogo ser jogado com responsabilidade. Podemos acelerar.

A pergunta que eu gostaria de fazer à consultoria, se não estiver ferindo o Regimento, é: durante quanto tempo o primeiro PNE tramitou nesta Casa? Alguém tem essa informação? O Deputado Nelson Marchezan foi o Relator.

(Intervenção fora microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Um ano e pouco. Então, é o prazo.

Tem a palavra o eminente Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo todos os nossos colegas, o Relator, o grande sacrificado nesse processo, como disse o Presidente. Na minha intervenção, vou sacrificá-lo um pouco mais.

Parece-me, Sr. Presidente, que exatamente pelo fato de termos duas Casas terminativas e com a hipótese, muito bem levantada por V.Exa., de que o Senado certamente alterará — é seu papel fazê-lo — aquilo que nós chegarmos, espero eu, ao consenso, com a responsabilidade que temos pensando em Brasil, pensando nos Estados e Municípios, que precisam também fazer os seus planos, e a ansiedade que temos como educadores de vermos essas metas o mais rapidamente possível colocadas em prática. Em especial, a Meta 20, que impõe a necessidade de os



Municípios e Estados, para compormos o PIB, e a própria União, de prepararem suas peças orçamentárias. A apresentação pelo Executivo dos entes federados vai normalmente até o dia 30 de setembro. Preocupa-me demais reproduzirmos o que aconteceu há dez anos. Eu aqui estava não na condição de Parlamentar, mas na coordenação de um fórum da sociedade de entidades que defendiam o ensino público gratuito de qualidade, enfim, acompanhando como acadêmico e como liderança sindical, todo o projeto, a tramitação desse importantíssimo documento.

Quero ponderar junto a V.Exa. e aos colegas que o Brasil é outro dez anos depois. Não estamos saindo, como há dez anos, dando partida a um processo. Já aprendemos ao longo desses dez anos, já acumulamos, com os êxitos e com os fracassos, experiência suficiente para que possamos hoje — e esta Comissão é formada, tenho certeza, por especialistas, o que nos conforta e nos dá mais tranquilidade quanto à discussão do tema do calendário... Estamos saindo de uma Conferência Nacional de Educação cujo resultado não foi completa e totalmente assimilado pelo PNE. É certo que esse Plano Nacional está extremamente fundamentado nas resoluções da Conferência, o que nos dá ainda mais tranquilidade quanto a abreviarmos esse prazo. Isso não nos tira, de fato, a responsabilidade democrática de enriquecer o plano a partir das nossas experiências, das discussões que aqui serão, certamente, muito bem conduzidas por V.Exa.

Eu gostaria de ponderar aos colegas, e agora vem uma proposta concreta, que precisamos começar na votação desse projeto no início do segundo semestre legislativo, o que importaria ao nosso Relator o sacrifício — por isso me referi no início da minha fala ao sacrifício. Enquanto descansamos nas duas semanas de recesso parlamentar, o Relator preparar o seu relatório. Sacrificará S.Exa. as suas férias pela responsabilidade que terá de acolher já o debate amadurecido por essa Comissão, certamente amparado nas audiências estaduais, amparado nas discussões dos seminários, que tão correta, adequada e oportunamente foram apresentados na exposição inicial pela Presidência e pela relatoria.

Eu quero pedir, *data venia* todos argumentos contrários, que possamos refletir sobre essa proposta de que tenhamos concluído a fase de diagnóstico, de discussão com a sociedade, de ouvir a sociedade como um todo, nos Estados e aqui, os



especialistas convidados, apresentando as nossas emendas antes do recesso parlamentar. Assim, teremos o início dos debates em agosto, a votação aqui na Comissão e a oportunidade, de forma terminativa, de encaminhar o mais brevemente possível ao Senado. O quanto mais breve for ao Senado, mais poderemos nutrir a expectativa de que a discussão do plano se encerrará em um ano nas duas Casas do Congresso Nacional.

Parece-me ser muito danoso para a educação brasileira que avancemos na discussão, como fizemos há dez anos, usando o primeiro semestre inteiro do ano seguinte, o que significará, na prática, perdermos dois anos na execução de um plano decenal.

Não quero, de forma alguma, sacrificar as discussões, minimizar a sua importância — ao contrário, estou muito feliz com a programação —, mas pondero que o Brasil, a educação, os jovens e as crianças precisam muito que esse plano seja posto em prática o mais rapidamente possível. Peço reflexão.

A Câmara dos Deputados, sem nenhuma crítica ao trabalho feito dez anos atrás, acumulou experiência suficiente para permitir que sejamos mais ousados no calendário, embora criteriosos e responsáveis.

Como corolário do que estou falando, menciono a proposta que V.Exa. apresentou, no sentido de que, pelo acúmulo já existente e pelo que ocorre no mundo real em paralelo a tudo o que fazemos aqui, possamos ir estocando nossas proposições, sem prejuízo de modificá-las, para formalizá-las depois, no prazo regimental estabelecido.

Ao mesmo tempo, considero oportuno liberar os Deputados membros da Comissão para que possam se entender, como disse a Profa. Dorinha, quanto à marcação de audiências públicas nos Estados sobre o tema, pelos mesmos motivos, acrescidos do grande argumento que a Deputada nos traz, pela experiência que tem como Secretária de Estado da Educação: de que, a partir do momento em que formos induzindo a discussão nos Estados, mais fácil será a elaboração dos planos estaduais de educação decorrentes daquele que vamos aqui aprovar, certamente, por consenso.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Newton Lima.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Três anos de tramitação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Na verdade, entre a noção de tempo da Presidência e a informação convicta que V.Exa. dá à Mesa e aos seus colegas há uma diferença de menos de 30 dias. Havia pensado em outubro.

Na verdade, nesta Casa, o grande trabalho é do Relator.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Relator vai ditar o ritmo.

Na verdade, precisamos deixar muito claro à Casa que as alterações foram feitas pelo Governo. Portanto, o nobre Relator, a Presidência, enfim, todos nós precisamos fazer, paralelamente, uma negociação com o Governo. O ponto em que me parece poderemos demorar a avançar é essa vinculação do PIB. Quanto aos outros, há quase que um consenso, basta um conversar com o outro no plenário.

Uma entrevista que vi hoje mostrou que nosso cenário macroeconômico está se deteriorando rapidamente. Já se estima que a inflação chegue a 7%, ultrapassando bastante a meta fixada. Mas o Relator negociando com o Governo, e estando este disposto a negociar...

Quero lembrar a dificuldade que tivemos aqui, no tocante ao FUNDEB, com a equipe econômica. Foi igual à que tivemos com o FUNDEF. No primeiro caso, o Governo era um; no segundo, era outro, mas a dificuldade de negociação foi exatamente a mesma. Vamos fazer esse esforço, Relator.

Dizem que o Governador da Bahia ganhou 500 mil reais para tirar a barba. Deixe a sua crescer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Exatamente. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Ariosto Holanda.



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros, a minha intervenção tem o sentido de obter alguns esclarecimentos.

Primeiro, os coordenadores anunciados são de áreas temáticas ou trabalham no plano como um todo? Eu gostaria de saber se o Presidente tem essa informação. Os sete ou oito coordenadores anunciados são de áreas temáticas ou coordenam o plano como um todo? Esse é o esclarecimento que eu gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - De áreas temáticas.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Mas já foram anunciadas essas áreas ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, não. O Relator, Deputado Angelo Vanhoni, fez um agrupamento hoje pela manhã. Então, S.Exa. apresentou o agrupamento para V.Exas. Aí, vamos discutir um pouco mais, dar sugestões; vamos estar juntos amanhã, para que ele possa bater o martelo e definir quais são os temas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Vamos dar um exemplo, Deputado Ariosto Holanda. No seminário, possivelmente, vamos tratar da expansão universitária, da qual V.Exa. é vinculado e, também, os Deputados Newton Lima, Emiliano José e Waldir Maranhão, que não está presente. No seminário, vamos aprofundar a expansão e as metas que há para o ensino superior. Queremos sugestão e encaminhamento de como fazer o melhor seminário.

V.Exas. têm de se reunir, trazer uma sugestão, essa discussão, para que possamos contemplar e apresentar para o conjunto dos Deputados. É uma contribuição temática que os senhores estão dando para o funcionamento, a melhoria e o aprimoramento das discussões, para que possamos trazer o melhor possível do ponto de vista de especialistas, para que enriqueçam o debate a respeito das metas do ensino superior, não somente sobre a expansão, também, a qualidade do ensino, a questão do doutorado, mestrado, desenvolvimento científico do País. Esse grupo pode ajudar muito nesse sentido.

Não sei se V.Exa. entendeu.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - No âmbito dessa contribuição, um grupo de Deputados que convivem mais com a questão do ensino profissionalizante,



ensino médio, têm essa preocupação mais centralizada no seu mandato, gostam e militam na educação como um todo, têm focado um pouco essa questão do ensino profissionalizante nos últimos anos. Reúnem-se os grupos de Deputados, vamos fazer um seminário e estamos achando que está faltando uma audiência pública só para tematizar. Vamos dar um exemplo aqui: o papel do sistema “S” na formação de jovens do nosso País. Podem propor uma audiência pública só para discutir esse tema.

Então, esse agrupamento, que nós chamamos de coordenação temática, pode ajudar e muito daqui para frente nesses trabalhos, para que possamos, no menor prazo de tempo, como vários Deputados desejam, aprofundar determinados temas e produzir relatório que espelhe aquilo que a sociedade deseja para o País.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Agora, uma segunda preocupação que tenho é em relação a um ponto. Eu li rapidamente o plano, as 20 metas, mas não ficou claro para mim em que meta iríamos atacar a questão do analfabetismo funcional. Isso para mim é uma questão extremamente relevante — o analfabetismo funcional, principalmente daquela população que não tem mais tempo para ir para a escola.

Os últimos dados que tenho do IBGE, do PNAD e do INAF, Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional, confirmam que hoje nós temos uma população, de 15 a 64 anos, de 55 milhões de analfabetos funcionais.

Nós estamos vivendo um momento sério de qualificação de mão de obra. Estamos com as obras do PAC caminhando, mas falta mão de obra. Nós não a temos. Então, onde o plano poderia ajudar essa massa de analfabetos funcionais, lembrando que são pessoas que não têm mais tempo de ir para uma escola formal, mas que precisam aprender.

Temos de definir estratégias, ou o plano vai ficar só da linha para o ensino formal. Então, preocupa-me essa massa de trabalhadores que está fora. O plano poderia contemplar ações de educação, de capacitação, de treinamento. Dentro da minha visão, penso o plano em três áreas. Desde o que trata do ensino infantil, fundamental e médio, um intermediário que trata do ensino técnico e tecnológico, cuja área é tratada pelos institutos federais, e o ensino superior. Mas não está claro para mim como o plano vai avançar no sentido de capacitar essa população, porque



o avanço tecnológico está aí, está cada vez mais presente, e esse povão está cada vez mais fora.

Então, temos de definir ações estratégicas que venham ao encontro desse homem. Não sei como, mas acho que no seminário poderíamos aprofundar essa discussão, inclusive trazendo sindicatos, pessoas que trabalham diretamente com o trabalhador.

Trago esse tema para ver de que maneira podemos incluir nesse plano de educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Ariosto Holanda. Quero aproveitar até as palavras de V.Exa., pois nós estávamos no almoço eu, o Relator, a Deputada Teresa Surita, a nossa 1ª Vice-Presidenta, o Deputado Nelson Marchezan Junior, também é Vice-Presidente, e tive a honra de apresentar. Nós começamos a imaginar um subproduto, imaginar que o plano é o nosso PPA, mas que ele precisa de um orçamento fiscal que traduza exatamente as suas metas. Quanto ao subproduto da discussão da Comissão, poderíamos retirar legislação específica para determinados assuntos que nos angustiam. Ensino médio, por exemplo. Aprova-se o plano, mas sobra um produto que pode ser transformado em um projeto de lei, apresentado coletivamente por vários Deputados desta Casa, desatando os nós, porque não é o plano que vai desatar.

A preocupação de V.Exa. pode ser respondida assim: vamos aproveitar a discussão e produzir legislativamente em cima de temas que nos preocupam muito.

Lembro que eu estive com o Deputado Artur Bruno num debate sobre educação infantil. Nós discutimos sobre o exemplo de Sobral. Por que não podemos produzir uma legislação muito mais moderna para essa questão da educação infantil do que a que nós temos hoje?

E há uma outra questão também: a ANDIFES está fazendo hoje uma reunião sobre o plano com a presença do Ministro. É uma reunião ótima, mas e daí? A discussão já saiu do âmbito do Executivo e agora está no âmbito do Legislativo. Tem de discutir aqui. Aqui estão aqueles que vão votar o plano.

Portanto, vou até tomar a liberdade e pedir que os Deputados Emiliano José e Newton Lima depois sentem lá com o pessoal da ANDIFES e perguntem como foi o debate, qual o problema que está havendo?



O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Eu estarei lá hoje à noite, Sr. Presidente. Na qualidade de ex-Presidente da ANDIFES, vou fazer esse questionamento em nome de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Fatalmente vão encaminhar as questões mais cruciais do ensino superior.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, reforçando sua ideia, penso que o caminho para chegar a essa população é fortalecer a linha da extensão. Estive conversando com o Ministro Aloizio Mercadante sobre isso. A extensão é a que chega lá na ponta. E, com o avanço dos institutos tecnológicos, que, hoje, vão estar presentes em 400 Municípios, então, essa ação da extensão poderia ter uma capilaridade muito grande no interior. Se viermos a fortalecer a ação da extensão, poderíamos chegar a essa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado. V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, eu poderia, antes de o Deputado José Linhares usar a palavra, sem querer quebrar a regra leal dos inscritos, porque acho que eu tinha me inscrito no começo, hipotecar o meu protesto por ter sido inscrito como um dos últimos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Na certa, na hora de passar a lista, olharam para V.Exa. com tanta disposição e o colocaram aqui no penúltimo lugar. Na lista estão: Deputados José Linhares, Renan Filho e Fátima Bezerra. A lista constava os Deputados Chico Lopes, Artur Bruno, Raul Henry, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, os Deputados Eduardo Barbosa, Emiliano José, Newton Lima, Ariosto Holanda, José Linhares, Renan Filho e a Deputada Fátima Bezerra.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, assim fico mais tranquilo e digo que nada perdi de tempo em ter ouvido todos os Deputados que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. viu qual é a desvantagem de não ter a terceira idade. A terceira idade está sempre na frente da lista. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, sinto que realmente esta Comissão está assumindo uma grande responsabilidade. E o Relator foi muito feliz — naturalmente teria de fazer uma súmula, tendo em vista que o problema da educação é muito amplo e sobretudo urgente. O Deputado Newton Lima está aqui meio angustiado. Nós estamos todos de acordo com o fato de que a educação está precisando realmente de um plano.

Em relação à qualidade, gestão, financiamento e expansão, estou com Chico Lopes, andam juntos. Na condição de ex-professor da universidade, vejo a evasão do curso de Pedagogia. Tínhamos 60 alunos, hoje estamos com 14. Ou seja, há uma evasão imensa do nosso alunato.

Sr. Presidente, dizem que estamos hoje aqui para sacrificar o Relator. Então, já que está crucificado, vamos continuar crucificando. Nós já estamos terminando a Semana Santa, estamos na oitava, vamos abordar mais uma responsabilidade.

Recordo que eu já era Deputado quando fizemos o PNE passado. Ocorre que, quanto à participação dos Municípios, dada a grandeza da expansão territorial do Brasil — e a Dorinha falou muito bem —, muitas vezes 11 Estados aderem e o restante se omite ou não se faz presente.

Portanto, sugiro ao Relator a criação, dentro do grupo de assessores, de um grupo que eu chamaria de informação. Ou seja, a elaboração de uma súmula, que seria colocada à disposição dos Secretários Estaduais — apesar dos seminários realizados, muitas vezes deles não participam — a respeito de tudo que nós discutirmos aqui, algo que fosse, digamos assim, mais sólido.

Dada a necessidade de atingirmos todos os segmentos da sociedade, sobretudo os professores e aqueles que são mais diretamente responsáveis, proponho a criação de um departamento de informação e contrainformação, para que eles, se porventura, quisessem divergir, contribuir ou ampliar, enviassem informações para a Comissão, porque seria uma maneira de criarmos uma capilaridade cada vez maior para o nosso trabalho. Então, todas as vezes que fizermos uma súmula, que ela seja enviada para todos os Secretários Estaduais e Municipais, porque a escola fundamental está com os Municípios. A verdade é que tanto a pré-escola quanto a escola fundamental estão com os Municípios. E



atualmente muitos Municípios assumem também o ensino médio. A minha cidade, por exemplo, assume o ensino médio.

Portanto, essa súmula de informação seria um departamento da sua relatoria que estaria em constante comunicação com todos os segmentos dos Municípios brasileiros — são cerca de 5.600. Assim, eles não poderiam depois dizer que não estavam a par do que pensa a Câmara, porque, senão, nós faríamos um trabalho de elite. Considero interessante que essa participação, quanto mais partilhada — participação partilhada parece um pleonasma — seja levada às bases, porque não adianta nós decidirmos aqui e o Prefeito infelizmente — eu sinto, pois sou da área de educação e saúde — se omitir. A educação, para ele, é tema de discurso para campanha. Passou a campanha, a educação não é mais fundamental, enquanto eu reputo que a educação seja fundamental em toda e qualquer atividade que este País desenvolva. Para todo e qualquer segmento em que trabalhamos a educação é sempre fundamental.

No meu Município, que foi citado aqui, Sobral, demos um pulo qualitativo muito grande no momento em que se investiu na educação. Hoje são quatro universidades. Nós temos uma gama de ensino público e privado muito grande. Isso deu qualidade à cidade, que se tornou a sexta de melhor investimento econômico da América Latina. Reputo isso tudo aconteceu ao investimento em educação.

Então, eu queria trazer uma sugestão, mais um sacrifício para o nosso já flagelado Relator: que ele tivesse esse departamento, porque isso atingiria a capilaridade que nós precisamos em todo o território nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Eu gostaria de saudar todos. Estou, por alguns momentos, substituindo o Presidente Gastão.

Vou passar a palavra ao Deputado Renan Filho. Agora chegou a sua vez. Deputado.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Muito obrigado, Sra. Presidente Teresa Surita.

Eminente Relator Angelo Vanhoni, eu, diferentemente dos Deputados que me antecederam, não gostaria de crucificar V.Exa. Muito pelo contrário, eu queria parabenizá-lo pela competência com a qual pensou em sistematizar a nossa



discussão do Plano Nacional de Educação, obviamente utilizando a sua experiência na Comissão de Educação e a bagagem que carrega ao longo dos anos discutindo a educação do Brasil. Muito terá, sem dúvida, a contribuir agora como Relator.

Solicito à Presidência da Comissão e ao Relator que marquem uma audiência, uma reunião com a Comissão de Educação — está presente aqui a nossa Presidente, Deputada Fátima Bezerra —, para que possamos sistematizar o trabalho das duas Comissões. Eu também faço parte da Comissão de Educação, e 80% dos Deputados dessa Comissão fazem parte das duas Comissões. Na minha opinião, não há sentido, Relator Angelo, a Comissão de Educação realizar audiência pública nos Estados antes que a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação o faça. Não há sentido, como disse o Deputado Raul Henry no começo, iniciarmos pelo final, não iniciarmos a discussão aqui na própria Comissão homogeneizando os Deputados a respeito do Plano Nacional de Educação, construindo convicções, abrindo a discussão internamente, visitando logo os Estados. Não acho correto que a Comissão de Educação discuta nos Estados o Plano Nacional de Educação antes mesmo que a Comissão Especial o faça. Senão, não há sentido haver Comissão Especial para discutir o Plano Nacional de Educação. Na verdade, a Comissão Especial deveria ser uma subcomissão da Comissão de Educação, mas não o é, em virtude da importância do assunto, em virtude de o Plano Nacional de Educação anterior não ter cumpridas as suas metas — não houve financiamento. Os Estados e os Municípios não conseguiram fazer os seus planos, o que significa dizer que erros estruturais foram cometidos, e não podemos permitir que sejam cometidos novamente.

Acredito que esta Comissão é fundamental, portanto, Especial, repito. Rogo a V.Exa., ao Presidente Gastão, a nossa Vice-Presidenta Teresa Surita, que conversem com a Comissão de Educação, aproveitando que a nossa Deputada Fátima Bezerra, que tem uma contribuição gigantesca a dar ao Plano Nacional de Educação, pela sua experiência, pela sua militância — e o fará sem dúvida na discussão do piso. As pautas não podem estar superpostas, porque, se isso ocorrer, sem dúvida, uma das duas Comissões estará esvaziada. Eu, como faço parte das duas, não gostaria que isso acontecesse.



Essa era a minha ponderação. Eu gostaria de ouvir de V.Exa. a sua impressão, para que no início dos trabalhos possamos partir com rumo, sabendo onde queremos chegar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - O Deputado Artur Bruno pediu um aparte.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Também peço, depois do Deputado, Presidenta, um aparte sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Deputada Presidenta Teresa Surita, eu creio que o Deputado Renan tem razão quando coloca a preocupação de termos aqui duas estruturas. Temos uma Comissão de Educação, como uma assessoria, toda uma estrutura e experiência, e ao mesmo tempo temos a Comissão Especial que vai tratar especificamente do Plano Nacional de Educação.

Proponho, na sua linha de raciocínio, Deputado Renan, que realmente fizéssemos uma reunião da direção da Comissão do PNE com a Mesa diretora da Comissão de Educação, para estabelecer um calendário conjunto. Já foram várias audiências públicas aprovadas na Comissão de Educação para tratar do PNE e há outras em pauta.

Então, proponho que a Comissão de Educação sirva de suporte, de ajuda, de colaboração a esta Comissão. Assim, teríamos um só calendário.

Claro que, evidentemente, a Comissão de Educação vai ter outras pautas, mas creio que a pauta central da Comissão de Educação é o PNE, não há como não ser, durante esse ano.

Vamos tentar compatibilizar no sentido de apoio mesmo, de ajuda da Comissão de Educação à Comissão do PNE. Claro que esse tema vai ser deliberado, votado pelo Comissão do PNE, mas temos toda uma estrutura e somos quase que os mesmos, se não titulares ou suplentes, da Comissão de Educação e da Comissão do PNE.

É muito interessante a proposta do Deputado de compatibilizar, até para nossa agenda também. Penso que isso é possível.

Para concluir, Presidenta, proponho, depois, numa reunião mais administrativa, já fazer esse calendário: seminários tais, em tais dias. Claro, as



audiências ainda vão vir, mas os seminários, sabemos que vamos realizar. São dois seminários. Então, sugiro, já na próxima reunião, termos exatamente esses dias.

Sugiro que os Parlamentares que desejarem requerer audiências nos seus Estados já o façam o mais rapidamente possível. Vários Parlamentares já estão requerendo. Se pudermos ter isso até a próxima semana, já organizaríamos todo esse trabalho de seminários e audiências.

Ratifico o que falei: a Comissão de Educação pode dar um grande apoio, uma grande colaboração com realização conjunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Para um aparte, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputada Teresa.

No momento em que cumprimento V.Exa. pelo exercício da Presidência dos nossos trabalhos, quero também me somar ao Deputado Renan Filho e ao Deputado Artur Bruno, no que disseram quanto a ser promovida essa reunião das duas Comissões de modo a fazer um trabalho conjunto.

Naturalmente que aqueles que vão deliberar sobre o PNE são os membros desta Comissão. É esta Comissão que terá o poder de dar o parecer terminativo sobre o PNE, mas inclusive em respeito aos membros da Comissão de Educação e Cultura que não são da Comissão do PNE, entendo muito positivo o esforço conjunto dessas duas Comissões.

É esse o meu entendimento. Apoio a ideia de V.Exa., com as observações feitas pelo Deputado Artur Bruno.

São as minhas considerações, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Acho justa a preocupação do Deputado Renan, mas eu gostaria de chamar a atenção para um detalhe: esta Comissão Especial vai trabalhar única e exclusivamente com o Plano Nacional de Educação, e a Comissão de Educação não vai perder a sua essência de Comissão técnica necessária ao funcionamento desta Casa. Mas é importante — como o Deputado bem colocou — que as audiências públicas que façam referência ao Plano Nacional de Educação sejam realizadas em conjunto. Sem problema.



Agora, não podemos pensar em uma Comissão competindo com a outra, senão vamos criar uma animosidade. E cito meu exemplo, porque não sou da Comissão de Educação, e a oportunidade que estou tendo para dar minha opinião no Plano Nacional de Educação é nesta Comissão Especial.

Para mim, a Comissão de Educação continua sendo uma Comissão técnica importante, porque também se incumbe de outros assuntos além do Plano Nacional de Educação. Portanto, não é esta Comissão Especial mais importante ou menos importante.

Neste sentido, gostaria que fizéssemos uma ponderação para não haver um contraponto — nós, integrantes da Comissão Especial, e os membros da Comissão de Educação.

Por outro lado, sou daqueles que advoga que devemos visitar diretamente os Estados antes de realizar aqui um seminário. O seminário é importante, mas podemos fazer audiências públicas antes. Por exemplo, o Ceará já tem criado um fórum para discutir o tema e já nos mandou várias emendas por meio dos Deputados que dele fazem parte.

Cito, também como exemplo, a crítica que fez a ex-Miss Ceará, em uma audiência na Assembleia Legislativa daquele Estado, à qual estava presente o Deputado Artur Bruno, ao Plano Nacional de Educação em razão de o texto não contemplar os surdos-mudos. Ela trabalha com alfabetização em LIBRAS.

Quando o Deputado Artur Bruno disse que trabalhava com educação especial, lembrei-me de conversar posteriormente sobre o assunto com S.Exa. E aproveitei para externar desde já este meu protesto, assim como fez o Deputado Artur Bruno, para que todos saibam que o Ceará tem avançado nessa questão. Isso não significa que outros Estados também não tenham avançado.

Todos aqui, de certo modo, têm militância na educação. Vejo que o Presidente e o Relator sempre nos chamam para a unidade, para que avancemos no que já está feito. Não vamos reinventar a roda, mas queremos saber se essa roda funcionou bem no último Plano Nacional de Educação, porque, realmente, não tenho a menor ideia dos resultados alcançados. Isso não significa, porém, que não possamos avançar.



Portanto, eu gostaria que tivéssemos o espírito de unidade e não o de contraponto.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, sei que há um orador inscrito, mas eu gostaria apenas de dizer a V.Exa., que esteve por alguns instantes ausente da reunião, que fiz uma colocação pontual e alguns Deputados fizeram apartes no sentido de que o ideal seria que compatibilizássemos as agendas da Comissão de Educação e da Comissão Especial que vai discutir o Plano Nacional da Educação — PNE. Não há sentido discutirmos naquela Comissão Permanente o que será discutido aqui em caráter terminativo — inclusive porque 80% dos membros desta Comissão também integram a Comissão de Educação.

Do contrário, estaremos fazendo por duas vezes a mesma coisa. Seria o mesmo que “correremos atrás do rabo” — como dizem em Alagoas, minha terra.

Como forma de sistematizar o trabalho, portanto, teríamos o seguinte: os assuntos referentes ao Plano Nacional de Educação, como disse o nobre Deputado Alessandro Molon e os que me antecederam, deve ser discutido na Comissão Especial que tratará do Plano Nacional de Educação. A Comissão de Educação deve funcionar como suporte e auxílio ao nosso trabalho, até porque o Plano Nacional de Educação não é o único assunto sob o encargo da Comissão Permanente de Educação, apesar de ser este o principal tema dentre as demais discussões.

Portanto, eu gostaria apenas de ouvir a impressão de V.Exa. sobre isso e qual seria o procedimento para que não haja superposição de tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Concedo a palavra ao Deputado Emiliano José.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - A questão suscitada pelo Deputado Renan Filho é importante, até porque é preciso que as coisas sejam bastante transparentes e que saibamos trabalhar em equipe, em conjunto.

Os Deputados Alessandro Molon e Artur Bruno, concordando com o espírito do que foi sugerido pelo Deputado Renan Filho, também defenderam a importância de compatibilizar as ações.

Na minha avaliação, nós precisamos, por força de todo o aperto do calendário, do estímulo e da participação no debate, inclusive do debate que



eventualmente a Comissão de Educação promova. Esta é uma Comissão terminativa, ou seja, daqui é que sairá o trabalho final, depois de encerrada a discussão. Já falamos aqui da crucificação do Relator, meu companheiro de partido, meu amigo. Mas não tem jeito, os amigos são os mais sacrificados. Então, é daqui que vai sair a decisão.

Mas não é possível, na minha avaliação, até regimentalmente, pretender limitar o trabalho da Comissão de Educação. O que vai ser discutido de mais importante para a educação brasileira neste ano é o Plano Nacional de Educação. A Comissão de Educação não tem a possibilidade de decidir o tema, como está posto e V.Exa. registrou. Mas se compatibilizarmos os trabalhos ela poderá nos dar contribuições. E as contribuições da Comissão virão para cá. Aí, sim, tudo vai desaguar na Presidência e na Relatoria para a realização do trabalho final.

Eu creio que V.Exa. nos presta um grande esclarecimento. Não podemos, regimentalmente, dizer que a Comissão de Educação não pode discutir o Plano. Não, ela tem todas as condições. Só que esta Comissão, por se tratar de uma Comissão Especial, terminativa, é que vai concluir. Entendo que essa é uma boa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Com a palavra o Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, concordo com tudo o que disse o Deputado. Na verdade, o que eu quis dizer é que as duas Comissões têm que somar esforços, trabalhar de forma complementar. O que não pode ocorrer é de as duas Comissões, que têm o mesmo corpo e praticamente os mesmos membros, fazerem a mesma coisa duas vezes. Por isso entendo prudente compatibilizar as agendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Renan Filho.

Concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, quero, em relação ao que disse o Deputado Renan e os demais Deputados — Artur Bruno, Alessandro



Molon e Emiliano José —, reafirmar o que sempre temos dito. A Comissão de Educação e Cultura é a Comissão de mérito, temática, e tem a obrigação de dar sua contribuição a este que é o debate mais importante para a educação brasileira, sobre o Plano Nacional de Educação, sem dúvida nenhuma. E o nosso intuito é o de colaborar.

A Comissão, volto a dizer, está inteiramente à disposição para racionalizarmos o calendário no que for possível. Aliás, quanto mais debate houver sobre a educação, melhor. Claro que é adequado racionalizar o calendário no sentido de somar esforços para fortalecer o debate. Acho que é um privilégio para a educação ter discutindo o PNE, além da Comissão temática, a Comissão Especial, com sua configuração específica. É na Comissão Especial que o relatório será votado, porque ela tem caráter terminativo. Esperamos que a matéria não vá ao plenário, que seja votada na Comissão Especial. Não discutimos esse ponto. Mas, como disse o Deputado Emiliano José, regimentalmente a Comissão de Educação e Cultura pode fazer qualquer debate na área de educação. Aliás, ela tem o dever, a obrigação de promover o debate. Isso pode ser facilmente resolvido. Basta, como disse o Deputado Artur Bruno, fazer uma reunião da Mesa da Comissão Especial com a Mesa da Comissão de Educação e Cultura. Aí daremos a nossa colaboração.

Esse é o nosso sentimento. Essa é a nossa disposição.

Com relação à questão do tempo, concordo com o que disseram os Deputados Artur Bruno, Newton Lima e Emiliano José. E reforço a proposta apresentada pelo Deputado Newton Lima de que façamos todo o esforço possível para aprovar o Plano ainda no mês de agosto, deixando para o Senado os meses de setembro, outubro e novembro para apreciar a matéria. Ficaríamos com a expectativa da conclusão da votação até o início de dezembro e da sanção pela Presidenta Dilma Rousseff até o último dia do ano.

Assim defendo porque a matéria já foi bastante debatida. É verdade que, conforme se chamou a atenção, alguns setores não participaram intensamente do debate acerca da segunda edição do PNE. Alguns setores, inclusive, não participaram porque não quiseram. Mas é legítimo dar a esses setores agora o direito de participar do debate. Isso é sagrado.



No mais, não há como nós não levarmos em consideração que a matéria já foi amplamente debatida, foi objeto de discussão das conferências municipais e estaduais. A Deputada Professora Dorinha estava lá e sabe disso; sabe que os Secretários Estaduais de Educação dos 27 Estados da Federação participaram ativamente desse debate. E sabe que a UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino, também participou intensamente do debate, bem como os movimentos sociais, os sindicatos e as entidades acadêmicas. Esse debate vem sendo feito há praticamente 3 anos. A conferência final reuniu em Brasília em torno de 5.000 pessoas. Mas as conferências estaduais e municipais mobilizaram milhares de pessoas no Brasil todo, diferentemente do que se deu quando da discussão do PNE cuja vigência está terminando. Por que demorou 1 ano e meio, 2 anos, 3 anos nesta Casa? Porque houve muito conflito, porque, àquela época, todo o debate que houve por parte da sociedade civil, infelizmente, não teve a acolhida necessária no âmbito do Congresso Nacional e ficou difícil se chegar ao entendimento, ao pacto necessário para que prosperasse.

Deputado Gastão Vieira, com boa vontade da Presidência, da Relatoria e de todos nós da Comissão, podemos, cumprindo o calendário proposto, acelerar o debate, sem desqualificá-lo, e aprovar a matéria na Comissão Especial até o dia 31 de agosto e, cumprindo nosso papel, enviá-la ao Senado. Há alguns elementos concretos que temos que levar em consideração no processo de aprovação, implantação e implementação das metas do PNE.

Devemos considerar, por exemplo, o fato de que no ano que vem haverá eleições. Não podemos nos esquecer, como mencionou o Deputado Gastão Vieira, dos PPAs, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se não atentarmos bem para o calendário de aprovação do PNE, pode passar para 2012, até para 2013. Teremos ainda a etapa muito importante dos planos municipais e estaduais. Afinal de contas, quem vai dar vida a esse projeto que vamos aprovar são os Estados e os Municípios, com seus planos.

A responsabilidade que temos em mãos é enorme, porque, na verdade, estamos discutindo desde a questão do acesso da criança à creche até a pós-graduação, a gestão, a valorização profissional, o analfabetismo. Então, na verdade, é muito grande o desafio que temos em nossas mãos neste momento.



Eu sempre fiz questão de ressaltar, e disse ao Ministro, no ano passado, quando S.Exa. falava de sua expectativa de ver concluída a aprovação desse projeto em um semestre, que isso era impossível porque estávamos no início da Legislatura e 46% dos Deputados Federais estão em seu primeiro mandato em âmbito federal. São novos na Casa, embora não sejam novos na história nem na trajetória, de maneira nenhuma.

Estamos também no início de governos estaduais. Então, eu disse ao Ministro que era impossível pensar que iríamos aprovar um projeto dessa envergadura em 6 meses. E disse, como digo agora, sem nenhum constrangimento.

Sei que os movimentos sociais até gostariam de um tempo maior, mas hoje há a compreensão de que é importante fazermos esse esforço — os movimentos sociais também pensam assim — para concluirmos esse processo exatamente no ano de 2011.

O debate foi amplo, plural. Mas o Congresso Nacional não pode abdicar jamais da prerrogativa e da responsabilidade de aprovar o PNE. Cabe-nos, exatamente, tentar compatibilizar o que foi debatido com a sociedade civil e o que vai ser debatido agora com a proposta que o Governo enviou a esta Casa. Esse é o nosso papel.

Lembro ainda, como já foi mencionado, que, além das etapas seguintes dos planos estaduais e municipais, temos também que elaborar a legislação correlata para dar suporte constitucional e legal ao Plano. Nós vamos ter que pensar numa legislação correlata no que diz respeito à meta do piso salarial e também à meta da gestão democrática da educação. E por aí vai. Então, temos ainda muitos passos a dar.

Era só isso. Queria apenas me somar aos que já defenderam a tese de que devemos concluir a votação nesta Casa até 30 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A Deputada Fátima Bezerra encerra a lista de inscrições.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, serei breve. Também faço parte das duas Comissões e não tive como estar presente às reuniões das duas. Hoje, pelo visto, havia pelo menos dois Ministros na Casa



enquanto nós nos reuníamos. Então, acho que duas Comissões tratando da mesma matéria vai contra o princípio de economicidade da administração pública. Nós estaríamos gastando tempo de Parlamentares, recursos públicos, e deixando de nos dedicar a outras atividades.

A Comissão de Educação, da qual também faço parte, tem outras questões como o *bullying*, os acidentes que ocorrem nas escolas, etc., que também são urgentes.

Acho que seria importante mantermos o debate nesta Comissão, criada especificamente para tratar do tema, até porque a Comissão de Educação não pode apresentar parecer sobre matéria que não pode deliberar.

Acho interessante trabalharmos aqui o PNE para que possamos aproveitar o tempo da Comissão de Educação para a busca de solução para outros problemas, outras questões também muito importantes para a educação brasileira.

Infelizmente, no Congresso — estou no meu primeiro mandato —, estou aprendendo que, mais do que na Assembleia, temos que fazer escolhas. É difícil, dói, mas temos que fazer escolhas. E a Casa escolheu esta Comissão para tratar especificamente do tema. Ao fazermos escolhas abrimos mão de alguma coisa.

O Poder Executivo teve 10 anos para analisar e debater o Plano Nacional de Educação, ao final dos quais sequer apresentou um diagnóstico. Exigir agora da Casa, de nós, Parlamentares, pressa, agilidade na análise e manifestação sobre o Plano Nacional de Educação chega a ser uma ofensa. Eu, sinceramente, não me sentiria confortável, Deputado Gastão Vieira, Deputado Angelo Vanhoni, se acelerássemos os trabalhos.

Mais uma vez eu sentiria que o Congresso deprecia o próprio Congresso. Se nós, simplesmente porque lá foram feitos estudos, análises, conferências — eu não sei exatamente o que foi agregado ao Plano Nacional dessas conferências, dessas análises, desses estudos —, não tivermos esse tempo, talvez realmente não tenha sido importante instalar esta Comissão Especial e nós deveríamos ficar na Comissão de Educação tratando do PNE e de outras tantas pautas. Mas não é o caso.

Para concluir, eu apenas pediria tempo para a apresentação de emendas. Que no mínimo ocorresse depois de todas as audiências públicas realizadas. Eu não vejo razão para pressa. Não acho que o Congresso Nacional debruçar-se sobre uma



matéria como o PNE por mais 3, 4, 5, 6 meses seja um desperdício de tempo. A Comissão Especial eu não acho que seja um desperdício. Desperdício seria se as duas Comissões tratassem da mesma matéria com quase as mesmas pessoas para agilizar a manifestação do Congresso. Se o Poder Executivo tem pressa, talvez possa encaminhar o diagnóstico para cá para podermos, aí sim, agilizar nosso trabalho.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Nelson Marchezan Junior.

Está encerrada a lista de inscrições.

Antes de passar a palavra ao Relator para fazer um arremate do que nós propusemos e decidimos nesta reunião, quero fazer duas observações. A primeira é com relação ao prazo. O Relator, nosso sacrificado Relator, provavelmente, com quase toda a certeza, vai apresentar substitutivo. Ele não vai aprovar a proposta que veio do Governo. Ele vai apresentar substitutivo, alterando um ponto aqui, um ponto ali, mas vai apresentar. Na hora em que o Relator apresentar o substitutivo, abre-se prazo para emendas ao substitutivo. Mais cinco sessões, mais duas semanas e meia de prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo que ele apresentar.

Portanto, Deputada Fátima Bezerra, por maior que seja o esforço, a boa vontade, não há como aprovar o Plano em agosto. A não ser que o Relator abra mão de apresentar substitutivo, nós queimemos essa etapa. Aí talvez seja possível. Mas é uma decisão do Relator, que tem total autonomia para realizar o seu trabalho.

A segunda observação que faço é que nós vivemos numa Federação. E, em razão do julgamento do Supremo, os Governadores que sempre foram omissos na discussão das questões nesta Casa — V.Exa. sabe como foi a discussão do FUNDEB e, depois, do piso salarial: quando chamávamos os Governadores, só vinham Wellington Dias, do Piauí, Eduardo Braga, do Amazonas e, às vezes, o Governador de Mato Grosso do Sul, do meu partido, André Puccinelli —, não vinham, mandavam o Secretário de Educação, que falava em nome do CONSED. Quando a “vaca ia para o brejo”, o Secretário da Fazenda desautorizava o



Secretário de Educação, e o Governador ficava sempre ao lado do Secretário da Fazenda.

Os Governadores estão apavorados, porque descobriram que ninguém fez conta. Temos um Plano que não tem diagnóstico nem conta.

Cabe-me, na condição de Presidente desta Comissão, zelar pelo seu bom funcionamento. Toda colaboração é bem-vinda, até porque esse projeto não pertence ao Executivo, pertence à sociedade. As contribuições e iniciativas virão de todos os lugares; haverá audiências por toda parte. O Plano não tem dono, ele pertence à sociedade brasileira.

Agora, os 25 Parlamentares da Comissão Especial, com os 25 Suplentes, têm a obrigação de fazer as contas que não foram feitas. O que me interessa aprovar a matéria em agosto e os Governadores argüirem no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do Plano porque está invadindo a sua esfera? E começa tudo o que houve com o piso, que tanto sofrimento deu a V.Exa., Deputada Fátima Bezerra.

Portanto, precisamos ter equilíbrio. Vamos ter equilíbrio. Se pudermos para aprovar rapidamente a matéria, vamos fazê-lo. Depende do Relator. Se ele não quiser apresentar substitutivo, não apresentará. Jamais serei obstáculo a absolutamente nada. Mas precisamos pensar nos que agora estão inquietos com tudo e querem ser ouvidos. Precisamos ouvir os Governadores, a UNDIME, a Confederação Nacional dos Municípios. Vamos ver as contas de um lado e de outro.

Portanto, não é questão de pressa, mas de prudência. No Maranhão havia um Governador chamado Pires Sexto. Ele foi deposto do Palácio sem tropa. Disseram que o deporiam, então ele chamou a carruagem, entrou e disse para o cocheiro: *“Não tão depressa que pareça covardia e não tão devagar que me alcance um tiro por trás.”* Portanto, vamos fazer a coisa com a prudência.

Pires Sexto. Tinha de ser do Maranhão. *(Risos.)*

Então é isso, Deputada Fátima Bezerra. Estamos abertos a qualquer tipo de colaboração. É obrigação desta Presidência valorizar o trabalho dos Deputados da Comissão. Se, no Ceará, as audiências forem realizadas por Deputados membros desta Comissão, melhor. Se eles não quiserem, que a sociedade civil o faça, mas, se eles quiserem fazer, tenho de prestigiar os Deputados membros desta Comissão. Parece-me que essa é uma questão muito simples.



Dois avisos. O Ministro provavelmente confirmará sua vinda na quarta-feira à tarde. Consulto o Plenário se não poderíamos ouvir a consultoria amanhã à tarde para iniciarmos nossos trabalhos.

Não acredito que amanhã a Casa vá votar nada. Portanto, a Ordem do Dia não nos atrapalhará. Acho que a Consultoria vai levar uma hora e meia para a sua exposição.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - É melhor ouvirmos a Consultoria antes do Ministro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Exato, essa é a ideia, ouvir amanhã a Consultoria a partir de 14h30min. Vou mandar o convite e ouviremos a Consultoria amanhã.

O Ministro ainda está aqui. Vamos ouvi-lo na terça ou quarta-feira à tarde. Se for marcado para quarta-feira, avisarei a V.Exas. É bom ouvirmos a palavra oficial do Governo em relação ao Plano.

Antes de dar palavra ao Deputado Angelo Vanhoni, temos requerimentos a votar.

Vamos votá-los em bloco. Alguém é contra? *(Pausa.)*

Vou retirar de ofício os requerimentos cujos autores não estão presentes desde o começo da reunião.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, há mais, vou ler todos.

Temos requerimentos extrapauta que estou acolhendo, até porque foi uma sugestão nossa que eles fossem rerepresentados à Comissão, e estão entrando extrapauta. Há requerimento do Deputado Emiliano José, com apoio de vários Deputados; do nobre Deputado Artur Bruno, do Deputado Eudes Xavier, do Deputado José Guimarães, da Deputada Fátima Bezerra, da Deputada Rebecca Garcia e do Deputado Alessandro Molon.

Todos esses requerimentos dizem respeito ao mesmo assunto: a realização de audiências públicas nesta Comissão e também no Rio de Janeiro, em Manaus, no Rio Grande do Norte, no Ceará e na Bahia.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.



Se for aprovado o Requerimento nº 6, que trata, pela apresentação de V.Exa. e do Relator, sobre audiências nos Estados, já não estariam prejudicados os individuais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Retirei de ofício esse requerimento, nem comuniquei ao Relator.

Vamos aprová-los então? Em homenagem ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR- E os demais Estados, Sr. Presidente? Não me sinto contemplado antes da aprovação de todos, porque foram feitos apenas alguns requerimentos hoje, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Isso.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Os demais Estados também poderão ser objetos de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Os demais podem continuar fazendo, e poderemos votá-los, inclusive, amanhã.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não seria interessante fazer uma agenda com todos os requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos fazer.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não há data nos requerimentos?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não. Quem vai marcar a reunião será a Comissão.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - O próprio Estado é independente.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A Comissão, mas é possível fazer sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Até às 19 horas, o Deputado que desejar indicar um Estado poderá entregar um requerimento simples.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, sobre as audiências?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, nós vamos sentar com os autores do requerimento e negociar os locais e as datas. Mas já deixaremos aprovada a audiência, que é o que pode nos causar mais problemas, pois, em caso de estar havendo Ordem do Dia, não poderemos votar.



Vamos, então, aprovar logo hoje as audiências.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, sobre as audiências públicas nos Estados...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quero fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - É só uma contribuição sobre as audiências públicas nos Estados. Proponho, Sr. Presidente, que as façamos às segundas-feiras ou sextas-feiras, combinando com as Assembleias Legislativas, porque é especificamente nos Estados. Combinaríamos como fazer aqui e deixaríamos as segundas e sextas para os Estados.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Segundas e sextas nos Estados?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. está ouvindo a proposta do contrerrâneo de V.Exa., porque, no Rio de Janeiro, é bom no sábado.

E não entraria no calendário essa audiência nos Estados, seria uma contribuição paralela ao trabalho do eminente Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quero sugerir, Sr. Presidente, Deputado Artur Bruno e Deputado Chico, que são do Ceará, que o requerimento e a data fossem combinados e acordados entre os Deputados da Comissão.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ótimo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Porque, vejam: é aquela orientação que demos no início. Se o Deputado Emiliano apensar um requerimento, não custa nada o Deputado Emiliano combinar a data e pedir para a Deputada Alice Portugal subscrever esse documento, porque também faz parte da Comissão Especial. Isso porque vamos estar delegando e decidindo uma reunião da Comissão Especial para tratar do Plano Nacional de Educação no Estado de V.Exas. É muito bom que esse esforço de trabalho seja conjunto. Não custa nada, promove a todos, fortifica a discussão no Estado como um todo e operacionaliza a distribuição de datas na Comissão Especial.



Então, é essa a orientação que passamos no início e que gostaríamos de seguir. Por isso, não fizemos questão de ler as datas aqui para tentar compatibilizar. Vamos olhar os requerimentos e tentar compatibilizar com o conjunto de Deputados a marcação de algumas datas nos Estados.

E os Deputados Newton Lima e Molon, que não têm nenhum requerimento aqui apensado, podem apresentar sua solicitação, independentemente do horário, porque é requerimento para a realização de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Molon apresentou, mas não há um requerimento para audiência em São Paulo.

Veremos se há mais alguém de São Paulo, coletaremos a assinatura, e vamos requerer uma data para fazer em São Paulo. Não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Só uma explicação, Sr. Presidente: dos seis membros paulistas, o único que está presente sou eu. (*Risos.*) Quero conversar com meus cinco outros colegas para apresentarmos o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou facilitar: até as 19 horas, temos prazo para receber os requerimentos, e eles poderão vir da forma mais simples, só para cumprirmos o prazo. Amanhã, nós os substituímos e já os colocaremos em votação, quando formos ouvir a Consultoria.

Pode ser?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quero dar só uma sugestão.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Podemos protocolar no começo da manhã de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, Deputado, porque temos prazo. Tem de ser feito até as 19 horas. Se fosse só por mim, não teria isso.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Mas, Sr. Presidente, se está sendo apresentado agora à Mesa, poderíamos repetir isso amanhã à tarde, da mesma forma como está sendo feito agora. Porque, assim, daria tempo de eu conversar com meus colegas para acertarmos isso.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Deputado Gastão Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sugiro que V.Exa. apresente agora de forma bem simples.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - À mão?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - À mão, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Deputado Gastão Vieira, só uma sugestão ao Relator. Por exemplo, há um requerimento do Ceará e o da Deputada Fátima Bezerra, que é do Rio Grande do Norte, vizinho ao Ceará. Poderíamos fazer um calendário para não sacrificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Claro, certo. O Piauí, que não tem representante aqui, poderia ser incluído também nessa reunião do Ceará.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Muito obrigado, em relação ao Piauí.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Ficou para amanhã, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A votação dos requerimentos, é isso, Relator ?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Neste plenário — o Plenário 10 —, às 14h30m. Se houver Ordem do Dia apertada, votamos os requerimentos, e a Consultoria falará depois, para não haver risco de não votarmos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria apenas de deixar com V.Exa. uma sugestão para que, independentemente da pressão da Ordem do Dia, votemos os requerimentos no início dos trabalhos e, depois, façamos a oitiva da Consultoria Legislativa com tranquilidade. Afinal, o espírito aqui é o de aprovar todas as audiências públicas com o máximo de subscrição de Deputados. Não é isso? Então, deixo essa sugestão com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É esse o espírito. Concordo; Começaremos aprovando os requerimentos e faremos a oitiva em seguida.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - De nada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Antes de terminar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Antes de passar a palavra a V.Exa., vou dizer o seguinte: como não houve manifestação em contrário, reafirmo que abriremos o prazo para emendas no dia 20 de maio, certo? E todos aqueles que quiserem dar publicidade às suas propostas, devem entregar para a Secretaria, que colocaremos no portal da nossa Comissão Especial.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Era apenas essa contribuição que queria dar, Sr. Presidente, também dizer, tanto para o Deputado Newton Lima como para os Deputados Artur Bruno e Alessandro Molon, que o importante do prazo não é a data final. A data final é importante, mas não temos como decidi-la.

O projeto vai ser aprovado de acordo com a condição política de ser aprovado. Precisamos ter certeza é em relação à data que estamos abrindo para as emendas. E, se o prazo para as emendas será aberto no dia 20, isso significa que, no dia 15 de junho, estará encerrado. A partir dali, 5 ou 10 dias depois, poderemos apresentar o relatório, o substitutivo, e votar. Estão entendendo? Abre-se o prazo para emenda e vota-se.

Nosso problema é garantir uma discussão pública sobre o Plano Nacional de Educação. Essa é a preocupação que devemos ter.

E, quanto à questão da Comissão de Educação e da Comissão Especial, temos de ter o entendimento — todos os Deputados — de que a referência pública é a Comissão de Educação, para tratar das questões regimentais, ou é a Comissão Especial. No meu entendimento, criamos uma Comissão Especial; então, não há como um Deputado apresentar um requerimento na Comissão de Educação para fazer uma audiência pública sobre o PNE, visando à Comissão Especial. Pode apresentar um requerimento para discussão de todos os temas em relação à educação na Comissão de Educação.

E Deputada Fátima Bezerra e a Comissão de Educação vão promover essa discussão independentemente da Comissão Especial, para ajudar no processo de discussão pública da Comissão de Educação.

Quanto a nós, temos de ter um calendário que dê conta dos Estados, da discussão temática e da discussão aqui em Brasília, para produzirmos um relatório. Então, a Comissão de Educação pode fazer todas as discussões — e deve fazê-las —, mas não deve sobrepor esse trabalho à Comissão Especial. Senão, vamos entrar num problema de institucionalidade, que, no meu ponto de vista, é muito mais formal do que de ponto de vista de conteúdo da discussão que temos de fazer.

Então, temos de deixar bem separadas as coisas; trabalhar juntos, mas sabendo qual o papel das duas Comissões.



O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, ainda temos algo a tratar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Precisamos votar os requerimentos de V.Exas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Já foram votados.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou apenas fazer uma substituição: audiência pública por seminário. Então, temos Alagoas, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, Sr. Presidente. Há mais um extrapauta referente ao Ceará e audiências públicas na Comissão nos dias 11, 18, sobre expansão e universalização, e 25 de maio, sobre financiamento público.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Relator, apenas uma dúvida. Quando V.Exa. apresentou os quatro eixos, além desses três, falou de gestão...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Gestão, que colocamos para o mês de junho, para depois do seminário, porque colocamos a data do dia 2 de junho para o primeiro seminário. Depois entrará a gestão, na semana seguinte.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, gostaria de poder apresentar formalmente isso amanhã, porque esse é um entendimento coletivo da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Amanhã.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A formalização desse requerimento pode ser feita amanhã, poderá ser feita na manhã seguinte. O importante era que tivéssemos uma decisão coletiva sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bom, Rio Grande do Sul e Roraima também. Como a discussão está encerrada, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.